DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 3078/2016

PROCESSO TC/MS	:	TC/8959/2015
PROTOCOLO	:	1598492
ÓRGÃO	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAI
INTERESSADOS	:	1.ADELVINO FRANCISCO DE FREIITAS – 2.CIRO JOSÉ TOALDO – 3.CLECI FORTUNATI SOUZA – 4.FLÁVIO ROBERTO VENDAS TANUS – 5.PAULO HENRIQUE BORTOLUSSO SAMPAIO – 6.ROBERTO PEDRO DA ROCHA – 7.MOISÉS BENTO DA SILVA JÚNIOR – 8.CÉLIO CÂNDIDO DOS SANTOS
CARGO DOS INTERESSADOS	:	1.GERENTE DE SAÚDE – 2.GERENTE DE EDUCAÇÃO E CULTURA – 3.GERENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 4.GERENTE DE OBRAS – 5.GERENTE DE ESPORTES E LAZER – 6.GERENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – 7.GERENTE DE RECEITA – 8.ASSESSOR DE GABINETE
TIPO DE PROCESSO	:	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2015
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015
OBJETO	:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGENS
COMPROMITENTE	:	GOLIN & ALMEIDA LTDA - ME
VALOR ESTIMADO	:	R$ 52.063,50
ÓRGÃO JULGADOR	:	JUIZO SINGULAR
RELATOR	:	CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA

1ª FASE - LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – FORMALIZAÇÃO REGULAR – OBJETO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - HOSPEDAGENS - ATOS REGULARES E LEGAIS - PROSSEGUIMENTO.

Versam os presentes autos sobre o exame do procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial nº 36/2015 (fls. 51/76), cujo procedimento licitatório foi realizado por do seu Pregoeiro Oficial devidamente autorizado pelo Prefeito Municipal, Senhor Leandro Peres de Matos, CPF/MF nº 164.217.011-91 (fl. 16) e da formalização da Ata de Registro de Preços nº 034/2015 (fls. 133/139).

O procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 36/2015 foi instaurado visando a dar suporte jurídico às futuras contratações derivadas da presente Ata de Registro de Preços nº 034/2015.

A fundamentação legal invocada para dar sustentação jurídica ao presente procedimento licitatório repousa nas disposições contidas na Lei Federal nº 10520/02, subsidiada pela Lei Federal nº 8666/93, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 055/2014 e demais legislação aplicável.

O objeto do presente certame é a prestação de serviços de hospedagens, conforme consignado na Cláusula Primeira (fl. 133).

O prazo de vigência estabelecido na presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, conforme consignado na Cláusula Terceira (fl. 134)

A dotação orçamentária garantidora dos dispêndios futuros está prevista na Cláusula Décima Segunda (fl. 138), alcançando o valor estimado de R$ 52.063,50 (cinquenta e dois mil e sessenta e três reais e cinquenta centavos), conforme ato de adjudicação (fl. 121).

A análise nesta fase desta primeira fase recai sobre o exame do procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial e da formalização da Ata de Registro de Preços, conforme o previsto no artigo 120, I, "a" do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

A unidade de instrução procedeu à análise dos atos praticados nesta primeira fase opinando pela regularidade e legalidade dos mesmos, consoante Análise ANA-2ª ICE-18952/2015 (fls. 260/265).

O douto Ministério Público de Contas adota a mesma linha de entendimento e exara o r. Parecer PAR-MPC-GAB. 5 DR JOAOMJR-4498/2016 (fl. 266), opinando pela legalidade e regularidade de todo o processado,

É a síntese do relatório.

Conclusos vieram-me os presentes autos para relatar.

Verifico que foram observadas as disposições regimentais no curso da instrução processual, nos termos do art. 112, II, "b" do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS 76/2013, razão pela qual passo ao exame do mérito.

O procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 36/2015 foi instaurado visando a dar suporte jurídico às futuras contratações derivadas da presente Ata de Registro de Preços nº 034/2015.

A fundamentação legal invocada para dar sustentação jurídica ao presente

procedimento licitatório repousa nas disposições contidas na Lei Federal nº 10520/02, subsidiada pela Lei Federal nº 8666/93, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 055/2014 e demais legislação aplicável.

O objeto do presente certame é a prestação de serviços de hospedagens, conforme consignado na Cláusula Primeira (fl. 133).

O prazo de vigência estabelecido na presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, conforme consignado na Cláusula Terceira (fl. 134)

A dotação orçamentária garantidora dos dispêndios futuros está prevista na Cláusula Décima Segunda (fl. 138), alcançando o valor estimado de R$ 52.063,50 (cinquenta e dois mil e sessenta e três reais e cinquenta centavos), conforme ato de adjudicação (fl. 121).

A análise nesta fase desta primeira fase recai sobre o exame do procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial e da formalização da Ata de Registro de Preços, conforme o previsto no artigo 120, I, "a" do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

O Corpo Técnico, após análise dos atos praticados, entende estarem em estrita obediência às formalidades exigidas para a seleção da melhor proposta, estando, pois, revestidos dos aspectos atinentes à legalidade e regularidade no seu processamento, recebendo o aval pela sua aprovação, nos seguintes termos (fl. 264), *verbis*:

> Diante do exposto, concluímos pela **regularidade** e **legalidade** do procedimento licitatório **Pregão Presencial nº 36/2015** realizado pelo Município de Naviraí e da formalização da **Ata de Registro de Preços nº 34/2015** assinada pelos promitentes contratantes: **Município de Naviraí** (CNPJ Nº 03.155.934/0001-90) e a empresa **Golin & Almeida Ltda - ME** (CNPJ Nº 09.315.493/0001-23) nos termos do inciso I do art. 59 da Lei Complementar nº 160/2012, cc. o inciso II do art. 122 do Regimento Interno, tendo em vista a observância dos preceitos legais que regem a matéria analisada.

Na mesma linha de entendimento o douto Ministério Publico de Contas pugna pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório em apreço, bem como da formalização da presente Ata de Registro de Preços, mediante a seguinte dicção (fl. 266), *verbis*:

> Pelo que dos autos consta, e de acordo com a manifestação do corpo técnico, este Ministério Público de Contas, conclui pela **regularidade do procedimento licitatório e da formalização Ata de Registro de Preços em destaque**, nos termos do art. 120, I, combinado com 122, II, ambos do

Acolho o posicionamento adotado pelo eminente Procurador de Contas porquanto, de fato, o procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial nº 36/2015 se mostra adequado às normas legais vigentes, estando, pois, apto a dar sustentação aos contratos derivados da Ata de Registro de Preços nº 034/2015 nesta fundamentados.

Por todo o exposto, acolhendo a manifestação do Corpo Técnico e o r. Parecer do Ministério Público de Contas e, com fundamento no art. 10, II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013,

DECIDO:

1 – pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial nº 36/2015, instaurado pelo Município de Navirai/MS, CNPJ/MF nº 03.155.934/0001-90, cujo procedimento licitatório foi realizado por do seu Pregoeiro Oficial devidamente autorizado pelo Prefeito Municipal, Senhor Leandro Peres de Matos, CPF/MF nº 164.217.011-91, como unidade licitante, porquanto realizado em conformidade com a legislação pertinente, nos termos do art. 59, I da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 171, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

2 – pela regularidade e legalidade da formalização da Ata de Registro de Preços nº 034/2015, firmada entre o Município de Navirai/MS, CNPJ/MF nº 03.155.934/0001-90, por seus representantes: 1.Senhor Adelvino Francisco de Freitas, CPF/MF nº 539.793.221-49, Gerente de Saúde; 2.Senhor Ciro José Toaldo, CPF/MF nº 578.093.809-15, Gerente de Educação e Cultura; 3.Senhora Cleci Fortunati Souza, CPF/MF nº 203.463.871-91, Gerente de Assistência Social; 4.Senhor Flávio Roberto Vendas Tanus, CPF/MF nº 876.586.901-04, Gerente de Obras; 5.Senhor Paulo Henrique Bortolusso Sampaio, CPF/MF nº 887.606.429-04, Gerente de Esportes e Lazer; 6.Senhor Roberto Pedro da Rocha, CPF/MF nº 171.302.201-04, Gerente de Desenvolvimento Econômico; 7.Senhor Moisés Bento da Silva Júnior, CPF/MF nº 456.473.211-00, Gerente de Receita; e, 8.Senhor Célio Cândido dos Santos, CPF/MF nº 652.543.091-72, como compromitente comprador, e, de outro lado, a Empresa Golin & Almeida Ltda. - ME, CNPJ/MF nº 09.315.493/0001-23, como compromitente vendedora, por atender às disposições contidas nas disposições legais vigentes, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 171, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

3 – pelo retorno destes autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo para

acompanhamento das contratações dela derivadas, nos termos regimentais;

4 – É a decisão.

5 – Publique-se, nos termos do art. 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, § 2º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

Campo Grande/MS., 12 de abril de 2016.

Cons. Iran Coelho das Neves
Relator